



**Processo Nº: 2020/348**

**Requerente: VEREADOR GERVASIO SANTANA**

**Assunto: Projeto de Emenda Modificativa**

## **RELATÓRIO**

Trata-se de proposição legislativa de autoria de membro da edilidade, cujo teor apresenta EMENDA MODIFICATIVA à Lei Municipal 3303/211, visando aumentar vagas de representantes no Conselho Administrativo do Fundo Municipal de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS.

Em atenção às medidas adotadas pela administração para enfrentamento da crise pandêmica COVID-19, (arts. 2º e 3º da Ordem de Serviço nº 004/2020), o expediente tramita exclusivamente em formato digital. Constatam dos autos virtuais os seguintes documentos em anexo:

*001 projeto de emenda (pdf, 2 páginas).*

## **PARECER**

Para facilitar a compreensão, decorremos sobre a proposição primeiramente quanto à FORMA:

*Emendas são proposições, ou propostas de direito novo, apresentadas como acessórias ou secundárias de outras. São, em verdade, propostas de modificação, aditamento, substituição, aglutinação ou separação e supressão de um determinado dispositivo a um projeto de lei, decreto legislativo ou resolução **que se encontre tramitando pela Câmara.** (“O Processo Legislativo Municipal”. João Jampaulo Júnior, 2ª Edição, Belo Horizonte, Ed. Forum, 2009, p.96). Grifo nosso.*



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

No Regimento Interno desta nobre Casa Legislativa, tal orientação pode ser extraída da leitura das seguintes regras:

*Art. 101- Proposição é toda matéria **sujeita à deliberação do Plenário**, qualquer que seja o seu objeto.*

(...)

*Art. 112- Emenda é a proposição apresentada como **acessório de outra**, que podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.*

Como vimos, a emenda é um **acessório de OUTRA proposição** que esteja **sujeita à deliberação do Plenário**. A Lei Municipal nº 3.303/2011, portanto, não é uma proposição, posto que já existe e não se encontra em deliberação.

Adentrando propriamente ao **mérito** da alteração proposta, como já explanado por ocasião de processos legislativos anteriores (EAs 2019.208 e 2018. 14312, p.ex.), entendemos que os chamados “conselhos municipais”, enquanto órgãos que se propõem oportunizar a participação dos comuns nas deliberações e no estabelecimento de políticas públicas, embora não possam ser interpretados como sendo órgãos da administração pública no sentido estrito, também não são associações privadas, de modo que tais conselhos efetivamente integram a estrutura básica do poder executivo, da secretaria ou órgão da área social aos quais estão vinculados. Logo, a iniciativa de projetos que disponham sobre estes órgãos está evidentemente inserida na esfera de



competência privativa do poder executivo, a quem compete determinar suas atribuições, organização e funcionamento.

Termos em que ficam lançadas competentes **ressalvas**.

Por derradeiro anotamos que, caso a proposição prossiga, anteriormente à deliberação plenária deverá haver manifestação da Comissão de LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA, por ser condição de tramitação do processo legislativo para todas as proposições em geral, e em específico para matéria que diga respeito à organização administrativa da Prefeitura:

*Art. 76- Compete à Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se sobre todos os assuntos nos aspectos constitucional, redacional e legal e, quando já aprovados pelo Plenário, analisá-los sob os aspectos lógico e gramatical, de modo a adequar ao bom vernáculo o texto das proposições.*

*§ 1º- Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Justiça em todos os projetos de lei e determinadas matérias que tramitarem pela Câmara.*

*(...)*

*§ 3º- A Comissão de Legislação e Justiça manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim atendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, principalmente nos seguintes casos:*

*I - organização administrativa da Prefeitura e Câmara;*



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conformidade com os fundamentos normativos apresentados acima, encaminhamos o expediente ao prosseguimento, **com ressalvas.** À conclusão superior, e com aprovação, encaminhem-se os autos à Diretoria Legislativa para as devidas diligências.

**Pablo José Camboim de Souza**

OAB/RS 50.493

Matrícula 881

**João Roberto da Fonseca Junior**

Procurador Chefe

OAB/RS 69.257